



Anais da Assembléia

Nº 12

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE MARÇO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 08.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 1990

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nilton Barbosa e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Arialba Freire, Artagão Mattos Leão, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Brondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Renato Adur, Sabino Campos, e Vera Agibert (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Werner Wanderer, Acir Mezzadri, Antônio Bárbara, José Alves, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Paulo Furiatti, Raul Lopes e Valderi Mendes Vilela (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Solicito verificação e votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

O SR. LUCIANO PIZZATTO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada no-

minal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados)

Trinta e três Senhores Deputados responderam à chamada.

Não há "quorum" para deliberação.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o nº 340/90, do Senhor JOÃO CÂNDIDO FERREIRA DA CUNHA PEREIRA - Presidente do Tribunal de Contas, encaminha para exame desta Assembléia, o anteprojeto de lei que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Ao conhecimento da Casa.

Emendas:

PROJETO DE LEI Nº 050/90

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Fica criado "AD-REFERENDUM" do resultado da plebiscito, o Município de Pirapó, com território desmembrado do Município de Apucarana, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas:

- Começa na foz do Ribeirão dos Dourados, no rio Pirapó, sobe por este até a foz do Ribeirão Ipiгуá pelo qual sobe até a sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do córrego Hacotiara e por este desce abaixo até o Ribeirão Maraté, pelo qual sobe até a sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a Estrada Municipal nº 100, divisória com o Município de Cambira, seguindo pela referida estrada rumo Norte até seu cruzamento com o Ribeirão dos Dourados, daí desce por este, até a sua foz no Ribeirão Pirapó, ponto de partida.

Memorial descritivo do perímetro urbano, abaixo descrito:

"Principiando no cruzamento da BR-369 com a Travessa Mambuca, segue pela Travessa Mambuca até a linha férrea; deste ponto segue pela linha férrea até a Travessa Si-

riema; deste ponto segue pela Travessa Si-riema até a Avenida André Hernandez; deste ponto segue pela Avenida André Hernandez até a Rua Graúna; deste ponto segue pela Rua Graúna passando pelas divisas dos lotes 222, 219 e 218; deste ponto segue pelo Lote n° 218 até a Rua Itaguaçu, seguindo pela Rua Itaguaçu até a Rua Maratá; deste ponto segue pela Rua Maratá até a divisa do Cemitério, contornando e incluindo o Cemitério até a Rua Erwin Schindler; deste ponto segue pela Rua Erwin Schindler até a Rua Itaguaçu; deste ponto desce pela Rua Itaguaçu até o seu ponto final, nos fundos do campo de esportes; deste ponto segue pela divisa do Campo de Esportes e do Lote n° 225 até a divisa do Lote n° 184; deste ponto segue pela divisa do Lote n° 184 até uma estrada; deste ponto segue pela estrada até a Rua André Hernandez; deste ponto segue pela Rua André Hernandez até a divisa do Lote n° 227; deste ponto segue pela divisa do Lote n° 227, 228 e 62 até a BR-369; deste ponto segue pela BR-369 até a Travessa Mambuca, ponto de partida."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamto: Antônio Annibelli.

David Cheriegate.

Basílio Zanusso.

Antônio Costenaro Neto.

PROJETO DE LEI N° 150/90

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1° - Fica criado "AD-REFERENDUM" do resultado do Plebiscito, o Município de Imbaú, com território desmembrado do Município de Telêmaco Borba, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas:

Começa na ponte sobre o Rio Imbaú na Rodovia PR-340, na divisa do Município de Telêmaco Borba com o Município de Tibagi; daí segue na direção Sul-Norte pelo eixo da Rodovia PR-340 até encontrar a Rodovia do Papel, PR-239, por cujo eixo segue na direção Leste-Oeste retomando, em seguida, o eixo da Rodovia PR-340 em sua continuação à cidade de Ortigueira e, pelo mesmo, seguindo até a ponte existente na referida estrada sobre o Rio Imbauzinho, nas divisas dos Municípios de Telêmaco Borba, Ortigueira, Reserva e Tibagi; até encontrar o ponto inicial de partida.

Memorial descritivo do perímetro urbano, abaixo descrito:

"Tem seu OPP no marco cravado à margem da estrada que liga a Rodovia do Papel à Charqueada, daí segue o rumo de 9°49'SE, numa extensão de 113,78 m até o marco n° 01, deflete à direita ao rumo de 65°05'SW, confrontando com as terras de Helena Voc-

bleski, Evaristo e Pedro Basílio, respectivamente, numa extensão de 563,76 m até o marco n° 02, daí segue à direita ao rumo de 85°49' SW. confrontando com Pedro Basílio, Cassimiro Borges de Oliveira, João Maria Dias Prestes e Leôncio Pinto Moreira, numa extensão de 741,39 m até o marco n° 03, daí segue ao rumo de 87°30' NW, confrontando com Leôncio Pinto Moreira, Nair Costa Nobre e Ardina Pinto de Camargo, numa extensão de 431,14 m até o marco n° 04, cravado à margem do acostamento da Rodovia do Café, onde imbuca a cabeceira de um córrego, daí segue córrego abaixo confrontando com José Manoel Pinto de Camargo até fazer barra com um arroio no marco n° 05, deste ponto segue à montante do referido arroio, confrontando com José Manoel Pinto de Camargo, Adauto da Costa Moreira, Bernardete da Costa Moreira e Otávio Borges de Oliveira até o marco n° 06 na cabeceira do referido arroio, daí segue ao rumo 73°44'NW, confrontando com Otávio Borges de Oliveira e Hipólito S., numa extensão de 290,00 m, cruzando a estrada de Reserva até o marco n° 07, deflete à direita ao rumo 1°30'NE, confrontando com Gentil Pinto Moreira, Augusto Domingues de Oliveira, Mateus, Maria da Luz Branco de Oliveira, Sebastião Paulino, Aparício Brandão Machado, Abílio Machado e Salvador Vieira da Rosa, numa extensão de 870,00 m, cruza a estrada que vai para Imbaú dos Custódios até o marco n° 08, daí segue para a direita ao rumo de 28°13'NE, confrontando com Salvador Vieira da Rosa, Roberto Kortz, Fiel Bonfim e Ladislau B. Jacoski, numa extensão de 1.119,20 m até o marco n° 09, deflete à direita ao rumo de 52°35'SE, confrontando com Estefano Muram, Trajano B. Machado e João Maria Cordeiro, numa extensão de 472,00 m até o marco n° 10, daí segue ao rumo de 43°42'SE, confrontando com João Maria Cordeiro, José Silva, Joaquim Ferreira Pedroso, Willie Gibson, Irmãos Fernandes e Leopoldino Dias Siqueira, numa extensão de 1.664,35 m até o marco n° 11, daí segue ao rumo de 89°00'NE, confrontando com Leopoldino Dias Siqueira, numa extensão de 51,00 m até o marco n° 12, deflete à direita ao rumo de 52°32'SE, confrontando com João Zeve, numa extensão de 414,87 m até o marco n° 13, localizado à margem da Rodovia do Papel, daí segue pela estrada da Charqueada, em linhas sinuosas, confrontando com Vitório Luginieski, numa extensão de 506,00 m até o marco OPP do presente memorial."

Ar. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamto: Antônio Annibelli.

David Cheriegate.
Basílio Zanusso.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 302

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 354/89, que declara de utilidade pública a Legião da Fraternidade.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO N° 303

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, regime de urgência ao seguinte projeto de lei:

Projeto de Lei n° 094/90 - de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que cria "ad-referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Nova Santa Bárbara.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 304

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 82/90, que dá nova redação ao artigo 1° da Lei n° 8808 de 30 de junho de 1988, que concede a JOSEFINA APARECIDA BARBOSA, viúva do ex-Prefeito CÍCERO BARBOSA SOBRINHO, uma pensão mensal de 2 (dois) salários-mínimos.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 328

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Vossa Excelência, ouvido o Plenário, na forma regimental, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 321/89, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 317

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 403/89, constante na Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

REQUERIMENTO N° 318

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedida preferência de votação para o Projeto de Lei n° 83/90, que cria o Município de Rio Bonito constando na Ordem do Dia de hoje, em 2ª discussão.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 319

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação na Ordem do Dia para o Projeto de Resolução n° 99/89 (Mensagem n° 122/89) já com parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoiamento: Nereu Carlos Massignan.

Paulino José Delazeri.

Ezequias Losso.

Tadeu Lúcio Machado.

Ferrari Júnior.

REQUERIMENTO N° 321

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão do Projeto de Lei n° 74/90 na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 334

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 403/89.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 336

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 272/89, para que o mesmo seja enviado às Comissões competentes.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 337

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Resolução n° 69/89, ficando a discussão e votação deste, sobrestada às matérias constantes da pauta da sessão desta data.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO N° 307

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a dispensa da sessão plenária dos dias 16 à 20.03.90, por motivo da X Feira Exposição e Festa da Maçã em Guarapuava.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal solicitação pelo fato de estarmos representando esta Casa de Leis na X Feira Exposição e Festa da Maçã na nossa Região de Guarapuava.

REQUERIMENTO N° 305

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Dr. RAMIRO DIAS COSTA, ocorrido dia 07.03.90, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 52 anos, faleceu nesta Capital, o Senhor RAMIRO DIAS COSTA, advogado aposentado do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

O extinto deixa viúva Dona Leoni e 4 filhos.

O passamento do Senhor Ramiro veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo RAMIRO.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família DIAS COSTA endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que

a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 330

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento no último sábado, dia 10, do Dr. Antônio Krichenko, tesoureiro do Congresso Brasileiro de Cardiologia, que deixa contristada a população paranaense que perde um especialista que, pela sua dedicação e experiência era reconhecido internacionalmente como uma grande personalidade no mundo médico.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Hospital Evangélico.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 327

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, REQUERER, ouvido o Plenário, voto de louvor e congratulação ao Dr. SILVIO PÉLLICO, pelo trabalho que vem desenvolvendo à frente do CONCITEC e pela sua premiação com o Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Sílvio Péllico é Diretor Presidente do TECPAR, sendo que sua atuação à frente daquele órgão, bem como do CONCITEC, merece o destaque pela forma como vem se conduzindo, razão pela qual foi agraciado com o Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia, em reconhecimento a sua competência e notável saber.

Assim, entendemos que esta Casa deve registrar também em seus Anais o merecido destaque desta personalidade do mundo científico e tecnológico.

REQUERIMENTO N° 329

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Douto Plenário, o envio de voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Alceni Guerra, por sua indicação como Ministro da Saúde do futuro Governo da República.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(aa) ORLANDO PESSUTI, JOSÉ AFONSO JÚNIOR, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, HOMERO OGUIDO, SABINO CAMPOS, IRONDI PUGLIESI, JOÃO ARRUDA, ALGACI TÚLIO, NEIVO BERALDIN, LAURO LOBO ALCANTARA, NELSON VASCONCELLOS, PIRAJÁ FERREIRA, VERA AGIBERT, EDUARDO BAGGIO,

RAFAEL GRECA, DIRCEU MANFRINATO, NILTON BARBOSA, GERNOTE KIRINUS, TADEU LÚCIO MACHADO, EZEQUIAS LOSSO, CÂNDIDO BASTOS, CAÍTO QUINTANA, ANTÔNIO ANNIBELLI, PEDRO TONELLI, ANTÔNIO COSTENARO NETO, HAROLDO RODRIGUES FERREIRA, AMÉLIA HRUSCHKA, ARTAGÃO MATTOS LEAO, HERMAS BRANDÃO, BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

Depois de 29 anos o Brasil vai empossar no próximo dia 15 um Presidente da República eleito pelo povo. Sua Excelência, o Presidente Fernando Collor, assumirá o cargo com um Ministério reduzido, após uma ampla reforma. E o Paraná não ficou esquecido neste momento de reconstrução nacional. O Deputado Federal Alceni Guerra foi escolhido para participar no Ministério da Saúde como representante de nosso Estado, no Governo Federal.

A escolha do Ministro paranaense premia também um político sério, que sempre honrou a causa pública. Alceni Guerra dignificou todos os cargos pelo qual passou. Foi eleito Deputado Federal com excelente votação. Teve participação ativa na Constituinte. Desempenha com denodo as funções de Presidente Regional do PFL. A indicação de Alceni para o Ministério é, portanto, merecida.

REQUERIMENTO N° 325

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER que a Mesa solicite pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre a legislação a ser aplicada com vistas à criação de novos Municípios, no Estado.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Existem em tramitação, nesta Assembleia Legislativa, cerca de quarenta (40) projetos de criação de novos Municípios no território paranaense.

No entanto, não temos uma legislação específica, para regulamentar a tramitação desses projetos.

De fato, a questão era disciplinada pela Lei Complementar Federal n° 1, de 9 de novembro de 1967, e pela Lei Orgânica dos Municípios.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a criação de novos municípios ficou sujeita a uma legislação estadual que ainda não temos. É o artigo 18, § 4°, da Carta Magna, que assim determina:

"A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos

previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas". (Nossos os grifos).

A Constituição Estadual, por sua vez, em seu art. 19, também estabelece:

"Lei Complementar estadual disporá sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios."

Os requisitos para a criação de municípios também são enumerados ali, destacando-se os que exigem a efetivação por lei estadual, a consulta prévia, mediante plebiscito, a não constituição de área encravada e outros mais.

O que fica claro, desde logo, é que tanto a Constituição Federal como a Constituição Estadual, ao disciplinarem a matéria, prescrevem a necessidade de lei complementar.

E é justamente a ausência dessa legislação complementar que nos preocupa. Afinal, como proceder? Simplesmente aplicar a legislação complementar anterior, que muitos entendem derogada pelas Cartas Constitucionais em vigor? Ou aguardar até que se preencha o vácuo existente, mediante a prévia aprovação de uma lei complementar reguladora?

É de se ressaltar, por outro lado, que, prevalecer a tese dos que defendem a aplicação da legislação anterior, alguns requisitos também importantes teriam obrigatoriamente de ser observados. É o caso, para exemplificar, do disposto no artigo 6° da Lei Complementar n° 1, que impõe: "A criação de município e suas alterações territoriais só poderão ser feitas quadrienalmente, no ano anterior ao da eleição municipal."

Também haveria que se atentar para exigências outras, como, a de arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos, população estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado, eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população, centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas), e assim por diante.

Em suma, as dúvidas são muitas. E, por ser questão da maior importância para a vida político-administrativa do Estado, torna-se indispensável que se tenha segurança absoluta no tocante ao procedimento a ser seguido. Daí, o questionamento dirigido à Mesa, no sentido de que se faça a Comissão de Constituição e Justiça se pronunciar, analisando a questão e definindo o caminho a ser trilhado por esta Assembleia, sem riscos de equívocos ou falhas.

O que se quer, portanto, é uma definição clara a respeito. Um esclarecimento necessário, sem o qual o Poder Legislativo

Estadual poderá, quem sabe, incorrer em erro, totalmente indesejável. Em razão disso é que se espera a compreensão e o apoio dos nobres Senhores Deputados a esta proposição e, sobretudo, a pronta manifestação da Mesa e da CCJ.

REQUERIMENTO N° 301

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor ANTÔNIO LOPES DE NORONHA, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, e ao Ilustríssimo Senhor RENATO ORTOLANI DE SOUZA, Mui Digno Delegado Geral da Polícia Civil, solicitando sejam feitas gestões, objetivando atender as necessidades apontadas pela Delegacia de ANTITÓXICOS, de Ponta Grossa, pertencente à 13.^a Subdivisão Policial, objeto do ofício n° 010/90, endereçado ao Parlamentar, relativas aos problemas de Pessoal (carência de recursos humanos), Transportes e Instalações, a seguir discriminados:

Pessoal: dentre aquelas necessidades, destaque-se as relacionadas à carência de recursos humanos no setor, requerendo a imediata designação de elementos para compor o Quadro de Funcionários, hoje restrito à pessoa do Delegado.

Transportes: quanto à viatura policial, torna-se indispensável que em operações do gênero daquela especializada, conte com pelo menos um veículo.

Instalações: outro setor, cuja precariedade de condições requer atenção especial, consiste nas instalações onde funciona a Delegacia, em duas salas cedidas pela 13.^a S.D.P., as quais não condizem com as necessidades.

A presente moção, tem por propósito ratificar solicitação feita pelo Senhor Delegado titular daquela especializada, aposta no verso do mencionado ofício e para as quais encarece o Parlamentar, seja dada atenção especial.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) DJAIMA DE AIMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 309

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, gestionando pela doação de verba de subvenção social ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mariópolis.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A única fonte de renda do Sindicato

dos Trabalhadores Rurais de Mariópolis é constituída pelas doações dos sindicalizados, o que não capacita a entidade para fazer frente às despesas decorrentes da sua manutenção.

No entanto, um trabalho extraordinário da atual Diretoria tem conseguido levantar fundos para a manutenção e, inclusive, concretização de novas conquistas à comunidade. Dentre essas, há o projeto, perto de ser efetivado, de construção do Centro Social, junto à Igreja da comunidade de São Pedro.

Há a necessidade da compra de 300 m² (trezentos metros quadrados) de piso 20 x 30, para o Centro Social, ou a doação de NCz\$ 102.000,00 (Cento e dois mil cruzados novos) que viabilizaria o atendimento ao pleito.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mariópolis.

REQUERIMENTO N° 310

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Secretaria de Estado da Administração, solicitando providências para os seguintes fatos:

a) Servidores classificados no Quadro da APPA, no cargo de Oficial de Administração, diante da Lei n. 21/84, foram destituídos do cargo supra-mencionado e, classificados no cargo de Assistente Administrativo que, salvo melhor juízo, trouxe prejuízos financeiros aos servidores e, absurdamente, os alijou do direito adquirido;

b) Idêntica ocorrência nota-se com relação a outros vários cargos de várias categorias, prejudicados pela Lei n. 21/84;

c) Há os casos dos servidores que não foram enquadrados pois que, no conceito da Secretaria, já percebiam o código 132, - Serviços Extratrazordinários - que, ratificamos nosso conceito, não invalida o direito adquirido através da Lei n. 21/84, relacionando com o pretendido enquadramento que, coloca servidores inativos com os mesmos direitos dos servidores da ativa e, é óbvio que os servidores na ativa têm as obrigações e direitos dos servidores prestados extraordinariamente e, quando da ocasião da aposentadoria - ESTATUTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS - LEI 6.174 - deverão levá-los como vantagem adquirida DAS GRATIFICAÇÕES.

d) Outro assunto é que os servidores que não foram enquadrados sofrem o prejuízo financeiro no tocante aos adicionais, tendo em vista que - CÓDIGO 132 - SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS - não incide na majoração

do valor dos adicionais;

e) Por outro lado, há vários inativos da APPA, percebendo o Código 120, relativo à Lei n. 57/55. No entanto, a maioria dos inativos, os que já requereram, não obtiveram essa vantagem, como é o caso, diretores da Entidade, Nelson de Freitas Bittencourt e João Domiciano Alves Filho, justamente, os "pais" na iniciativa;

f) Os serviços extraordinários e produtividade foram requeridos, pela ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO PARANÁ, a vários servidores inativos, no entanto, não foi obtido o necessário deferimento da SEAD.

Que do teor do presente, dê-se ciência à Associação dos Aposentados e Pensionistas do Paraná, situada na rua Mestre Leopoldino, n. 332 - na Cidade de Paranaguá, Paraná.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 311

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado, à FUNDEPAR, gerenciando pela construção de, no mínimo, cem novas salas de aula no Município de Foz do Iguaçu.

O crescimento populacional de Foz do Iguaçu ensejou, naturalmente, um aumento considerável no número de crianças, em idade escolar. Tal aumento, contudo, não foi acompanhado do devido acréscimo em salas de aulas e unidades escolares. Em função disso, inúmeras são as crianças sem acesso à escola, marginalizadas pela inexistência de espaço físico que as abrigue.

A criação desses espaços e seu oferecimento à comunidade, são questões intrínsecas à responsabilidade do Estado, com a educação de nossas crianças e jovens, à sua formação e capacitação para o trabalho.

Quando da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, observados os impactos com a instalação da obra, foi firmado acordo, através do qual a Binacional obrigava-se a implantar e adaptar a estrutura já existente, à nova realidade que se pretendia implantar. Essa "estrutura", naturalmente, pressupunha o atendimento escolar, questão não concretizada até a presente data quando o problema encontra-se agravado pelo "inchaço" populacional da última década.

Conveniente seria o entrosamento entre a FUNDEPAR e a Binacional Itaipu para levantadas possibilidades de um trabalho conjunto para consecução do pleito.

Que do teor do presente, dê-se ciência aos Senhores Vereadores e Prefeito Municipi-

pal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

REQUERIMENTO N° 312

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Secretaria Especial da Política Habitacional, gerenciando pela construção de 108 (cento e oito) casas populares no município de Foz do Iguaçu.

Além do déficit habitacional que Foz do Iguaçu sofre, a exemplo da grande maioria dos municípios brasileiros, tais unidades habitacionais viriam atender a cento e oito famílias carentes, retiradas de área de ocupação urbana, de forma pacífica, pela Prefeitura Municipal. Quando dessa retirada, o senhor Prefeito Municipal assumiu o compromisso de interceder, junto à COHAPAR, pela construção de casas populares para abrigar as famílias despejadas.

Diante disso, chegou mesmo a realizar os primeiros entendimentos com a COHAPAR, como levantamento de área disponível, possibilidade de doação, e outros procedimentos. A ação, contudo, não foi concretizada e uma centena de famílias continua à espera de um teto, para formalizar um "lar" dentro dos padrões da dignidade humana.

Que do teor do presente dê-se ciência à Câmara dos Vereadores e Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

REQUERIMENTO N° 313

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado, à Secretaria Especial do Ensino Superior do Estado do Paraná, encarecendo os estudos necessários e as providências cabíveis para implantação do Curso de Informática, na FACISA, em Foz do Iguaçu.

Sala dos Sessões, em 13.03.90

(a) ARIALBA FREIRE

JUSTIFICATIVA:

Tão antiga quanto a reivindicação do Curso Superior de Informática para Foz do Iguaçu é a promessa do Governador em concretizar a aspiração.

Além do aspecto de Foz do Iguaçu ser sede de microrregião, é preciso analisar o potencial do mercado de trabalho para os bacharelados em Informática, em Foz do Iguaçu, onde a Usina Hidrelétrica de Itaipu acena com a possibilidade de absorção maciça de tais técnicos. Com a possibilidade de absorção maciça de tais técnicos.

Observados esses dois aspectos, só podemos acreditar que o curso ainda não foi implantado na FACISA por falta de uma representação política de peso, na Assembleia Legislativa, que levantasse sua voz pelo cumprimento do compromisso assumido pelo nosso Governador, de concretização do pleito.

Há, em Foz do Iguaçu, na Binacional, como citamos, o mercado fértil para aproveitamento de técnicos em Informática. Tal mercado, contudo, pode continuar sendo ocupado por profissionais de outros Estados, pela inexistência de um curso superior para formação de quadros, no nosso município.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito Municipal e Vereadores de Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO N° 314

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental e após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria do Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, gestionando pela criação e construção de um "albergue" noturno na cidade de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

JUSTIFICATIVA:

Foz do Iguaçu, além de Cidade turística, é marco de tríplice fronteira, razão pela qual, recebe milhares de deserdados, provindos de todas as regiões do Estado, movidos pela esperança da conquista de dias melhores. O quadro é mais grave, analisando-se que tais pessoas não cultivam qualquer laço familiar que lhes possa garantir apoio nos momentos de necessidades. Reduzidos a pedintes mendigos, desocupados, marginalizados, tais seres passam a constituir uma legião de cidadãos que, da marginalização, estão a um passo.

Há tantos jovens nessa condição subumana de vida, todos com seus futuros comprometidos pela ausência de uma política nacional social séria, voltada à restituição da dignidade ao homem brasileiro.

Dentro dos limites com que o Estado e o Município podem arcar, nessa realidade, colocam-se os chamados "albergues": abrigos temporários que garantem condições, ao cidadão, de compor-se como pessoa, e buscar os mecanismos próprios de integração social.

É nesse sentido que encarecemos ao Secretário da Ação Social que, através do núcleo Regional do SETA, na região, determine estudos e devote especial consideração para construção de um albergue em Foz do Iguaçu, livrando nossa cidade, do ônus das ruas lotadas de flagelos humanos, to-

dos paranaenses, desabrigados pela sorte e esquecidos pelo Poder Oficial.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Prefeito Municipal e Vereadores de Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO N° 315

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo, à Secretaria do Estado dos Transportes, solicitando a recuperação da Estrada Curitiba - Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE.

JUSTIFICATIVA:

É deplorável o estado da pavimentação da Estrada Curitiba - Foz do Iguaçu. Devido ao tráfego pesado que ela comporta, sobretudo, quando do transporte das turbinas e outros equipamentos para a Usina Hidrelétrica de Itaipu, há inúmeros problemas na pista de rodagem, inclusive, acostamento - onde ele existe. Há trechos onde, não existindo o acostamento, são constantes os acidentes, muitos dos quais, com vítimas fatais.

É uma reivindicação de todos os municípios da Região, não apenas os que são cortados pela 277 mas, também, pelos município adjacentes, todos dependentes vitais dessa Estrada, para o escoamento da produção agrícola e elo de união com os outros municípios.

Onde não há acostamento e houver previsão de fazê-lo, que este seja pavimentado, a fim de ter seu estado conservado por maior espaço de tempo.

Que sejam determinados os estudos balizadores necessários para início das obras de recuperação, dentro da brevidade que o próprio caso requer.

Que do teor do presente, dê-se ciência aos Vereadores e Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO N° 316

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Colendo Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, gestionando pela instalação de dois Distritos Policiais no Município de Foz do Iguaçu, nas localidades de Rincão São Francisco e Três Lagoas.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE.

JUSTIFICATIVA:

O bairro Rincão São Francisco tem a maior concentração populacional do Município, constituindo-se num policentro, com vida praticamente própria. Disso, natural-

mente, decorre um grande número de ocorrências policiais, como atestam os números da Delegacia local.

A região vem sendo atendida por um único módulo policial, cujas limitações, todos conhecemos: falta de pessoal, viatura e outras que cerceiam um trabalho mais eficiente e eficaz. O módulo tem suas importâncias, contudo, não pode substituir o trabalho desenvolvido por um Distrito Policial, inclusive, pela especificidade do trabalho que só o Distrito pode implementar e levar a contento.

A localidade de Três Lagoas, além de muito grande, constituindo também, um policentro, está localizada em ponto distante do centro do município, o que dificulta o atendimento à comunidade, pelo serviço policial especializado. Também atendido por um módulo, com as mesmas limitações, o bairro de Três Lagoas tem sido palco de uma onda preocupante de violência, ao que é preciso responder-se com autoridade e energia, a fim de coibir práticas delituosas e comportamentos inconvenientes à sociedade.

O presente pleito é uma reivindicação antiga das comunidades em questão que, esperamos, seja atendida, dentro dos objetivos do Senhor Secretário, de desenvolver um trabalho de Segurança Pública capaz de garantir a tranquilidade e segurança do cidadão paranaense, da sua família e propriedade.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Senhor Prefeito e Vereadores de Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO N° 320

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo, à Secretaria do Estado da Administração, solicitando informações sobre as companhias de seguro que trabalham para o Estado, hoje, bem como a operação de descontos de tais seguradoras.

Segundo nos relatam pensionistas e aposentados do Estado, inúmeros servidores pagaram as seguradoras por prazos de cinco até quinze anos, recebendo, em contrapartida, irrisórios benefícios.

Outros, vêm tendo os descontos em folha por código relativos a seguradoras que não existem mais.

Isso, sem dúvida, constitui-se numa grande injustiça a essa legião de paranaense que, por tantos anos, emprestaram-se ao serviço público, com eficiência e dedicação.

Destarte, as denúncias exigem providências imediatas, a fim de coibir tais cobranças irregulares, bem como a atuali-

zação dos benefícios aos recolhimentos realizados pelo servidor, conforme o plano de seguro. Essas providências, contudo, só podem ser tomadas com base nas informações que a SEAD dispõe sobre a ação de tais companhias seguradoras junto ao Estado.

Confiemos, portanto, na brevidade da prestação das informações, a fim de notarmos nosso posicionamento nesta Casa Legislativa.

Que do teor do presente dê-se ciência à Associação Paranaense dos Servidores Públicos Aposentados.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça solicitando a construção de novo Fórum para Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE.

JUSTIFICATIVA:

A presente medida faz-se necessária, considerando-se que as atuais instalações do Fórum de Foz do Iguaçu se encontram obsoletas e já não mais atendem de forma satisfatória as necessidades e demanda daquela repartição.

REQUERIMENTO N° 323

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Abrão Miguel, Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido do promover a Comarca de Foz do Iguaçu para entrância final.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE.

JUSTIFICATIVA:

A presente medida faz-se necessária, pois é fato que nos últimos anos o movimento forense, bem como o número de eleitores da Comarca de Foz do Iguaçu, cresceu consideravelmente, passando a aludida Comarca a fazer jus a promoção de entrância intermediária, para a entrância final.

REQUERIMENTO N° 326

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo, à Secretaria da Segurança Pública, gerenciando pela instalação, em caráter de ur-

gência, de um Distrito Policial no Município de Foz do Iguaçu, na Localidade de Porto Meira ou Jardim das Flores.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE.

JUSTIFICATIVA:

A Região em questão é presença constante na crônica policial. Inúmeros são os casos de agressão, furtos, roubos e outras formas de delito e violência cometidas contra a propriedade e o cidadão, que requerem uma ação policial mais eficiente e eficaz.

A ausência de trabalho policial incentiva a proliferação de tais atos, colocando a comunidade em posição de intranquilidade e, mesmo, horror, diante da iminência da violência.

Há a ameaça, em pouco tempo, da transformação da localidade em "território livre" à prática das ações aludidas. Isso requer, na maior brevidade possível, uma determinação de providências da Secretaria do Estado da Segurança, como forma de demonstrar a vigilância do Estado para o bem estar dos paranaenses.

Que do teor do presente dê-se ciência à Câmara Municipal e Prefeito de Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO N° 331

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente aos Senhores Secretários da Fazenda e Administração, solicitando um estudo no sentido de que seja aberto em nome próprio e particular do funcionário público uma caderneta de poupança no início do mês com a diferença do reajuste salarial proposto pelo governo e que essa poupança seja liberada, já com juros e correção monetária, no mês seguinte, amenizando, desta forma, ao funcionalismo público, a corrida contra a inflação.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 008/90.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica criada a COORDENADORIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que terá como atribuições:

§ 1° - Planejar, organizar, implantar e coordenar atividades relacionadas à educação sistemática e assistemática para os servidores do Poder Legislativo, a fim de elevar e aperfeiçoar o nível educacional e profissional.

§ 2° - Planejar, organizar, implantar e coordenar estudos em conjunto com entidades congêneres em todo o território nacional, e fora dele, afim de assimilação de técnicas de assessoria de interesse do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

§ 3° - Planejar, organizar, implantar e coordenar, através de acordos e/ou convênios, atividades em conjunto com as diversas instituições de ensino superior do país, especialmente as relacionadas às Ciências Políticas e Assessoria Parlamentar, que a nível de graduação, pós, com opção em Assessoria Legislativa, aperfeiçoamento, especialização ou mestrado.

§ 4° - Planejar, organizar, implantar e coordenar o estágio supervisionado para alunos de 2° grau.

§ 5° - Planejar, organizar, implantar e coordenar, através de convênio, o Projeto de Suplência Profissional com cursos de treinamento de pessoal para o quadro funcional da Assembléia, CLTs, Estatutários e comissionados.

§ 6° - Organizar, acompanhar e coordenar as atividades educacionais já existentes de Estágio Supervisionado (nível superior), alfabetização e creche, para que apresentem resultados de real interesse da Casa e para que atendam aos objetivos para os quais foram criados.

§ 7° - Promover estudos e elaborar pareceres em Projetos e Requerimentos de autoria do Senhores Deputados, relacionados à Educação quando solicitado pela Coordenadoria das Comissões.

§ 8° - Promover estudos, projetos e pesquisas a fim de fornecer subsídios aos Senhores Deputados, na área da educação.

§ 9° - Inteirar, através de visitas supervisionadas ao recinto Legislativo, a comunidade estudantil das atividades desenvolvidas pela Casa.

§ 10 - Elaborar material didático para ser levado à comunidade estudantil do nosso Estado, visando complementar (REGIONALIZAÇÃO) e incrementar os conteúdos das disciplinas curriculares de OSPB (Organização Social e Política Brasileira) e Educação Moral e Cívica.

§ 11 - Garantir a execução dos programas educacionais propostos, através de uma Coordenação desenvolvida com eficiência e eficácia.

§ 12 - Representar a COORDENADORIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO em eventos e promoções relacionados ao assunto.

Art. 2° - A Coordenadoria Especial de Educação da Assembléia Legislativa será formada por profissionais qualificados, prioritariamente, do quadro próprio da Casa e quando assim não puder ser procedido, através de concurso de provas e títulos e mediante apresentação e defesa dos seus projetos de trabalho.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data da sua aprovação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Segundo o Professor Derek Bok, Reitor da Universidade de Harvard, nos EE.UU., "quem diz que não tem verba para a educação, não sabe qual o custo da ignorância".

A luta política pela democracia é uma luta que, intrinsecamente, faz-se pelas oportunidades individuais.

Igualdade de oportunidade num país de desiguais é uma "sevícia" na democracia.

Até bem pouco, a Assessoria Parlamentar era considerada como uma forma de contemplação e satisfação de compromissos políticos e não como uma função técnica que requer habilidades, preparação e um profundo conhecimento da área.

Observa-se desde o precário atendimento na recepção de Gabinete, até a má redação de um requerimento que chega à mesa executiva, desobedecendo, inclusive, as normas da A.B.N.T. (Academia Brasileira de Normas Técnicas) o despreparo daqueles que propõem-se a desenvolver a "arte" da assessoria.

Urge que providências sejam tomadas no sentido de bem preparar esse pessoal para o exercício da sua nobre função.

Há vinte e cinco séculos, Esparta instituiu um sistema educacional com exata adequação a objetivos militares, sociais e econômicos, precisamente definidos, (v. Xenofonte: A CONSTITUIÇÃO DE ESPARTA, cap. II).

Platão em "A REPÚBLICA" propunha um plano destinado a colocar a escola a serviço da sociedade.

Comenius traçou as grandes linhas de um plano de organização e administração escolar destinado a favorecer a conquista da unidade nacional.

Na educação chinesa, baseada nas obras de Confúcio, as mais elevadas graduações que os estudantes podiam alcançar, após uma vida longa de estudos, eram "O TALENTO FLORIDO", depois, "HOMEM ERUDITO" e, por fim no ápice da cultura, o "APTO PARA O CARGO", que constituía na conquista de um cargo público.

A educação e o conseqüente desenvolvimento de recursos humanos são um pré-investimento indispensável à globalidade do desenvolvimento econômico e social.

A cooperação internacional, nacional e regional, visando ao treinamento de pessoal nos campos da profissão e da educação permanente é o que recomendou a UNESCO no ano internacional da educação, programado pelas Nações Unidas em 1970, portanto, há 20 anos.

Qualquer esforço para levar o Paraná a

um maior desenvolvimento, há de partir de uma campanha de elevação do homem paranaense.

Está provado, sociologicamente, que o rendimento econômico de utilidade de um indivíduo para a comunidade, está em proporção direta ao nível educacional.

As pesquisas realizadas sobre a educação em relação à promoção, nos levam a concluir que: o capital humano é o mais produtivo. Tudo o que for investimento na educação será recuperado, abundantemente, em uma maior produtividade.

O pesquisador Rostov, na URSS, concluiu que:

Um analfabeto aumenta a produção de 12 a 16% com um ano de estudos, aumenta a produção até 30%, com quatro anos de estudos, aumenta a produção até 79%, com sete anos de estudos, aumenta a produção até 235%, com nove anos de estudos, aumenta a produção até 280%, com quatorze anos de estudos, aumenta a produção até 320%.

D'onde inferimos que: em educação não se gasta, investe-se.

Pensando em elevar o nível educacional e profissional da assessoria parlamentar, foi que elaboramos o presente projeto de resolução que virá, também, estreitar ainda mais, os laços entre a Assembléia Legislativa e a comunidade paranaense.

Para que a Assembléia Legislativa tenha ótimos profissionais em sua assessoria é necessário criar e ensejar oportunidades de estudos e aprimoramento profissional.

A aprovação do presente plano, busca demonstrar a preocupação desta Legislatura com a questão educacional como um todo e, especialmente, com a formação e capacitação dos profissionais contratados e remunerados pela população deste Estado, que deverão responder, prontamente, com um trabalho sério, eficiente, eficaz, competente e desburocratizado em favor dessa comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 115/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Município de Santa Mônica, desmembrado do Município de Santa Isabel do Ivaí, "ad referendum" do plebiscito a realizar-se, com as divisas a seguir especificadas:

"inicia no encontro da estrada Santa Isabel do Ivaí - Planaltina do Paraná com o Ribeirão Taquara. Segue pela estrada Santa Isabel do Ivaí - Planaltina do Paraná até a ponte sobre o Ribeirão das Pedras ou Córrego dos Minérios, desce por esse até a sua foz no Ribeirão Selma, desce por esse até a sua foz no Rio Ivaí, desce por esse até a foz do Ribeirão Taquara, sobe por esse até o encontro com a estrada San-

ta Isabel do Ivaí - Planaltina do Paraná, ponto inicial e final".

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE SANTA MÔNICA

Inicia na estrada para Loanda no canto da quadra 2. Desse ponto segue contornando as quadras 2, 7-A, 8, 8-A, 15, 16, 25, 25-A, 32, 33, 33-A, 37, 41, 40, 44, 43, 58-A, 65, 66, 74, 73 Cemitério, 90, 95, 94, 100, 99 e 98 até a estrada para Loanda até o canto da quadra 2, ponto inicial e final.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A maioria absoluta dos eleitores da área a ser desmembrada para a criação do novo Município, vota nas urnas do Distrito de SANTA MÔNICA, conforme atesta a documentação anexa. Também a grande maioria das propriedades rurais desta área, é formada por minifúndios com grande incremento na cultura.

Trata-se de projeto de lei, que atende aos anseios da população do próspero Distrito de Santa Mônica que deseja sua emancipação.

Analisando toda a documentação que anexamos, ve-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade da comunidade interessada.

A emancipação pretendida irá se constituir em mola propulsora para o maior desenvolvimento de todos os setores da atividade sócio-econômica daquela comunidade.

Os recursos econômicos de que dispõe o Distrito de Santa Mônica serão potencializados quando da criação do Município, dando a este condição de poder melhor decidir sobre seu futuro, que ali já se estrutura com núcleo urbano capaz de descentralizar a vida municipal e encaminhar os seus serviços administrativos de acordo com os interesses da comunidade de Santa Mônica.

Por estas razões e, também baseados no fato do novo Município atender a todos os requisitos legais, é que apresentamos o presente plano de lei que, sem dúvida, merecerá a aprovação desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 116/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE DROGADITOS - ARD, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em

contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Recuperação de Drogaditos - ARD, que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, é uma entidade de direito privado, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, tendo por sede a cidade de São José dos Pinhais, Paraná, à Rua A, s/n, Chácara Monte Verde.

A entidade em tela tem por objetivo a prevenção, tratamento e recuperação de pessoas viciadas em drogas.

Seu estatuto, por si só, traduz a elevada significância social da entidade.

As razões aqui explícitas nos convencem da oportunidade do presente projeto de lei, para o qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 117/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de MARACANÁ, constituído pelas áreas do atual Distrito de Guaraituba, desmembrado do Município de Colombo, "ad referendum" do plebiscito respectivo, com sede no Distrito de Guaraituba.

Art. 2º - As divisas do Município são as seguintes:

"Começa no Rio Capivari, na foz do Arroio Rathiel; pelo Arroio Rathiel acima, divisando com Campina Grande do Sul até sua cabeceira; deste ponto, por linha seca de divisa intermunicipal, alcança a Rodovia Projetada; pela Rodovia Projetada, o cruzamento com a Estrada Colônia São João - Santa Gema - São Gabriel; pela Estrada Colônia - São João - Santa Gema - São Gabriel até o entroncamento com a Estrada Capivari, pela Estrada Capivari até a Estrada Colombo; pela Estrada Colombo até alcançar o Rio Capivari, divisando com Bocaíva do Sul, até a foz do Arroio Rathiel.

Art. 3º - A sede deste município fica com as seguintes divisas e confrontações: começa no Entroncamento da Estrada da Ribeira com a Rua Presidente Faria; Rua Presidente Faria com a Rua Marcos Cardoso; Rua Marcos Cardoso até o Rio Sem Nome; Rio Sem Nome até a Divisa Leste da Vila São Paulo; Divisa Leste da Vila São Paulo (Inclusive) até a Rua Presidente Faria; Rua Presidente Faria até a Rodovia Projetada; Rodovia Projetada até a Estrada da Ribeira; Estrada da Ribeira até a Rua Presidente Faria.

Art. 4º - O Município de Maracanã será instalado tão logo completada a investidura de seus primeiros mandatários.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A realidade do crescimento da Região Metropolitana de Curitiba em termos populacionais, ocasionou o surgimento de diversas comunidades nas cercanias do Município da Capital, entre elas o aglomerado de vilas popularmente conhecidas como Guaraítuba. Nessa localidade já opera, inclusive, um conjunto de equipamentos públicos para o serviço de seus moradores.

Ademais, vinculam-se geograficamente, ao Município, as regiões das Vilas Rosemari, Jardim Bela Vista, Vila Galvão, Vila São Paulo e, além das lindes territoriais de Curitiba, dentro do eixo da Rodovia BR-476 (Estrada da Ribeira), as Roseira, Santa Gema I, Santa Gema II, situadas após a Estação de Pesquisas da EMBRAPA.

Com esta elevação a Município, Maracaná terá seu vigoroso índice de desenvolvimento, não só mantido como acelerado, mas crescente para um futuro promissor.

PROJETO DE LEI N° 118/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de CORONEL DOMINGOS SOARES, com território desmembrado do Município de Palmas e com sede na localidade de Cel. Domingos Soares, e com as seguintes divisas e confrontações:

Art. 2° - Começa na confluência do Rio Iguaçu com o Rio Butiá, seguindo pelo Rio Butiá até encontrar o Rio Rancho Grande; segue pelo Rio Rancho Grande até encontrar o Rio Chopim; seguindo pelo Rio Chopim até encontrar o Córrego Manchorra; segue pelo Córrego Manchorra até encontrar o Córrego do Pouso Feio; segue pelo Córrego Pouso Feio à divisa intermunicipal com Bituruna; seguindo pela divisa intermunicipal com Bituruna até encontrar o Rio Iguaçu; segue pelo Rio Iguaçu até encontrar o ponto de partida na confluência do Rio Butiá.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O novo município de Cel. Domingos Soares, cuja criação propomos, permitirá a constituição de uma comunidade dotada da mais alta tradição, por situar-se numa das regiões que é berço da colonização paranaense, desde os tempos do povoamento do território - os campos de Palmas.

Não obstante, a autonomia dos dois distritos que ora é proposta, vai permitir

que a comunidade emancipada possa trilhar seus próprios caminhos, com autonomia e laboriosidade.

Outrossim, o novo município situar-se-á às margens do Rio Iguaçu, na região onde está sendo construída a Usina Hidrelétrica de Segredo, o que lhe permitirá ser beneficiado com a fruição de "royalties" decorrentes da futura exploração dessa hidrelétrica, nos termos da legislação complementar à Constituição recentemente aprovada.

O município de Cel. Domingos Soares tem uma população conjunta, nos dois distritos, de mais de 25 mil habitantes, além de grande número de estabelecimentos agropecuários, de exploração florestal, industrial, com um comércio local vigoroso e um setor de serviços florescentes.

Sua emancipação virá coroar a diretriz de atendimento local dos problemas paranaenses, com a autogestão das comunidades, dentro dos princípios da Democracia que vemos implantados no Brasil.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Luciano Pizzatto.

O SR. LUCIANO PIZZATO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. (Lê):

"Nestes últimos meses, tenho tido uma relevante experiência como Deputado, com momentos de plena satisfação, mas ao mesmo tempo, presenciei a intransigência e principalmente a falta de escrúpulos e ética, dos que, cegados pela paranóia do poder ou a insanidade do lucro, usam o caminho da eventual ignorância coletiva, através da mentira e difamação, visando destruir pessoas e instituições, principalmente esta Casa de Leis.

Neste sentido, não sou partidário do escândalo, mesmo assim, temos que manter a dignidade e alertar a população sobre os falsos moralistas.

Nesta semana, como é do conhecimento de Vossas Excelências, após ter sido decretada judicialmente a busca, a apreensão do material difamatório contra minha pessoa, veiculado pelo Sr. Mello e Silva, abri processo-crime e considero que a justiça irá resgatar a nossa dignidade, para mim transferindo o assunto para a esfera daquele Poder.

No mesmo período, esta Casa recebeu algumas mensagens de projeto de lei do Poder Executivo, e para meu espanto, vem a público a falsa moralidade de uma empresa e seus representantes, através da proposta contida na mensagem n° 41/90. Em tempo, o Governador Álvaro Dias demonstrou sua moralidade retirando a mensagem, demonstrando em meu entender que até ele desconhecia

por falha de sua assessoria, a gravidade dos fatos que vou relatar a Vossas Excelências.

A Mensagem nº 41/90 visa autorizar o Executivo a receber um imóvel no município de Almirante Tamandaré, para pagamento de dívidas da empresa M. Rosemann Joalheiros, inadimplente com o Governo pela falta ou sonegação de impostos.

Na simples leitura do projeto de lei e anexos, observa-se de forma gritante a falta do acompanhamento de uma avaliação pública, citada mas não esclarecida, e o fato do beneficiário estar ligado à político que tem anunciado a sua volta ao PMDB, na grande armação política do Sr. Mello e Silva.

Este político Deputado Federal Max Rosemann, sócio da empresa M. Rosemann Joalheiros, tem se postado como crítico desta Assembléia e cavalheiro da Probidade Pública. E neste sentido, se verdadeiro, teria meu apoio.

Alertado pelo conteúdo da mensagem, sua relação política já citada, que no meu entender já seria suficiente para que, eticamente não se efetivasse tal operação; fomos averiguar suas implicações.

Srs. e Sras. Deputados. Salvo engano, que se existir de antemão me desculpo os fatos que até o momento consegui comprovar são absurdos.

Se o terreno realmente tem o valor proposto, de aproximadamente 2 milhões na data de hoje, por que seus proprietários não o venderam simplesmente e pagaram ao Estado? Quem avaliou? Quanto vai custar ao Estado o trabalho de ser agente imobiliário?

O terreno de 12 alq., com área real de 10 alq., possui uma avaliação discutível de 200 mil/alq.

O processo de cobrança estava na fase de leilão público das jóias apreendidas pelo Estado, quando foi suspenso por "alguma razão". As 9:00 horas da manhã do mesmo dia do leilão, buscando o controle da Casa Civil, sobre a tramitação do processo, passem Srs. Deputados, está citado formalmente que o processo foi entregue em mãos pelo Sr. Rosemann. Como que processo de tal importância pode tramitar em mãos do principal acusado? Além disto, na escritura do terreno proposto, vemos ser de propriedade de M. Rosemann Joalheiros, sendo que seu diretor Max Rosemann é avaliador e fiador deste terreno em várias transações de empréstimos. Estas hipotecas e empréstimos foram levantadas?

Muito mais pode ser dito: especialmente quanto aos caminhos obscuros deste processo e seus eventuais intervenientes.

Mas estes simples exemplos de uma pequena avaliação da mensagem nº 41/90, deixa claro que esta Casa de Leis presenciou

um verdadeiro escândalo, envolvendo interesses políticos e a quebra da ética, salva somente, pela intervenção do Sr. Governador de retirar em tempo a mensagem do constrangimento de nós Deputados termos de recusá-la.

Por tão pouco, seria fácil aos Srs. Representantes da M. Rosemann Joalheiros vender o lote de terra e pagar suas dívidas com o Tesouro Estadual, que na realidade é uma dívida com o povo paranaense.

Esta situação nos leva a levantar com mais atenção o perfil de certos homens públicos e com quem estão ligados. Alerta para discursos e a tentativa é justificar seus atos através de ataques difamatórios, que perdem seu sentido pela mentira de seus relatos e pelo caráter dos acusados.

Disse que não gosto de palavras vazias. Provas concretas e evidentes, sem jogos de interesses ou dúvida interpretação. Este é o caminho do alerta e das justificativas dos homens sérios."

Termina de Ler:

O Deputado Nereu quer um aparte, seria possível, Senhor Presidente.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - (Em aparte)
Ilustre Deputado, Luciano Pizzatto.

O SR. SABINO CAMPOS (Questão de Ordem) -
Senhor Presidente, eu perguntaria se o Deputado que está na Tribuna está no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está no Pequeno Expediente.

O SR. SABINO CAMPOS (Questão de Ordem)
Então não se pode dar apartes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado que está falando, na sequência, é pela Bancada do PTB.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Em nome da Bancada do PTB, concedo aparte ao Deputado Nereu Massignan.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Em aparte.

Apenas para fazer algumas observações quando se faz um negócio entre o Governo e particulares, principalmente quando esse particular detém mandato de Deputado Federal.

Ora, esse cidadão deve ICM, não paga, é ajuizado perante a justiça. E posteriormente ele propõe que o pagamento da dívida seja feito através de um terreno de 10 alqueires em Almirante Tamandaré, cujo valor hoje, nobre Deputado, desses dez alqueires, corresponderiam NCz\$ 3.155.000,00.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Desculpe o engano, pensei que eram só 2...

O Sr. Nereu Carlos Massignan- Então seriam NCZ\$ 315.000,00 o alqueire.

Eu tenho recortes de ofertas de fazendas, chácaras, publicadas na última "Gazeta do Povo", de domingo. Tem um sítio em Bateias, com 10 alqueires, todo cercado, com pastagem, contendo uma casa em madeira de 54 m., com vinte cabeças de gado, dois cavalos, no quilômetro 75 após Bateias, próximo ao pinheiral do Trombini, preço: NCZ\$ 580.000,00.

Dez alqueires NCZ\$ 580.000,00 Fazenda Guarapuava, 27 alqueires, toda cercada, plana, própria para pecuária e agricultura. Vinte e cinco mil BTNFs. São vinte e sete alqueires.

Vejo que a proposta do ilustre Deputado é de 87 mil BTNFs para 10 alqueires. Tem uma chácara 4,5 alqueires em Guaratuba, preço: NCZ\$ 1.200.000,00 - chácara de 3 alqueires, com asfalto próximo, escola, posto de saúde, ônibus, em Mandirituba, preço: NCZ\$ 540.000,00.

Mas o que me espanta é que se convalidou a dívida em BTN, sabemos todos nós que o ICMS é corrigido pelo BTNF, isto é, correção diária. Então além da imoralidade, do preço exagerado que se tem disso de nós termos que apreciar uma Mensagem em que não há nem avaliação, nós estamos aqui tratando da transação de um paraíso de 10 alqueires situados em Almirante Tamandaré. Suponho que lá existam jóias, ouro, diamante, prata... não sei se no solo ou no subsolo. Na verdade o que se está fazendo é o discurso antiliberal de quem fez a campanha de um candidato do PL e que afirmava que o Estado não pode interferir na economia; porém, quando o interesse é do empresário e da sua atividade econômica, o Estado tem que ser o pai dos empresários que não pagam o ICMS, nobre Deputado Ca-deia.

Este é um assunto inclusive que merece uma apreciação séria sob o aspecto da moralidade e da ética.

Será que todos os devedores do ICMS terão a mesma oportunidade de vender 10 alqueires por NCZ\$ 250.000,00 o alqueire e quitar os seus débitos com o erário público?

O ICMS é a contribuição do povo, do cidadão que compra no mercado.

O ICMS não é propriedade de empresário mau pagador.

E o Estado não pode ser o pai desse tipo de transação.

O Estado tem o dever de mandar os procuradores que nós aprovamos na Constituinte ao se constituir em carreira, procurar os bens, penhorar, avaliar à luz da

justiça e cobrar e executar o ICMS - imposto do povo que não merece esse tipo de transação.

Eu lamento que Governador Alvaro Dias tenha assinado essa Mensagem, apostou sua assinatura numa Mensagem escandalosa. Não quero aqui, acusar o Governador. Imagino até que ele possa ter sido iludido pelos pareceres meramente jurídicos, sem se avaliar o mérito e o aspecto moral. Se assim foi induzido o próprio Governador terá que dar uma satisfação a sociedade paranaense, como tem dado em relação ao grupo Atala, como tem feito em relação a inúmeras pessoas, que usava as manchetes dos jornais para acusar todo mundo, muitos já hoje inocentados. Agora, este caso, este caso aqui está comprovado documentalmente de que realmente se trata de uma transação expúria, imoral, anti-ética e ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dada a importância da matéria, da denúncia de Vossa Excelência, o PRP lhe cedeu o horário também.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Obrigado, Senhor Presidente.

Eu só gostaria de alertar o seguinte, eu quis destacar no início da minha explanação que efetivamente eu tenho que elogiar o ato do Senhor Governador Alvaro Dias, de ter retirado a Mensagem, o que demonstra que provavelmente os laudos que a acompanharam fizeram o Senhor Governador no momento, se equivocar, mas ele retirou. Agora, quanto ao que o Deputado Nereu levantou, eu também estranhei profundamente, porque a Procuradoria Pública efetivamente conseguiu o leilão das jóias, jóias nominadas e já apreendidas pelo Governo, até há inúmeras matérias nos jornais sobre isso, esmeraldas, diamantes etc., o leilão tinha sido marcado no dia 16 de março de 89, às duas e meia da tarde. E por incrível que pareça, conforme está aqui o ofício assinado pelos interessados, cinco horas antes, às nove horas da manhã, por uma medida simplesmente administrativa, foi feito o acordo e o leilão foi cancelado cinco horas antes de sua existência. Isso é uma questão Jurídica, não compete a mim, eu sou engenheiro, não entendo de leis, entendo da sua aplicação do judiciário, mas, me parece estranho e muito mais estranho é que conste do computador da Casa Civil, um despacho, de que o processo, a tramitação desse processo, em termos administrativos, foi feito, este processo, foi entregue em mãos ao Doutor Rosermann, documento oficial da Casa Civil.

Isso é um absurdo, eu tentei nestes últimos três meses manter uma linha de integridade, e não tentar colocar paixões pessoais.

Mas, a justiça se faz de uma forma tão cara e divina, que caem em nossas mãos o absurdo, para deixar claro, que são essas pessoas que têm falsa moralidade.

Como eu tenho certeza, que em poucos meses a justiça que eu confio também vai mostrar através de uma condenação quem é o Senhor Mello e Silva, no sentido de acusar Deputados nessa Casa de Leis.

Eu agradeço a gentileza de todos os Senhores Deputados e principalmente a atenção que me foi dispensada.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

OBS: O Deputado Luciano Pizzatto usou o horário das Lideranças do PTB e PRP.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em abono as palavras do Deputado Pizzatto, Sua Excelência o Governador, solicitou a retirada do Projeto que envolve o Deputado Federal Max Rosenmann.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas.

Venho à tribuna, para apresentar requerimento, que será dirigido à Mesa, pedindo a manifestação do Plenário, que tem o seguinte teor: "Senhor Presidente, o Deputado que esse subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer à Mesa, pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a legislação a ser aplicada com vistas a criação de novos Municípios no Estado".

Senhor Presidente, tramita na Casa, cerca de quarenta projetos de lei, transformando Distritos em Municípios, em futuros novos Municípios.

A Ordem do Dia de hoje ainda, trás em seu bojo cinco anteprojetos, propondo a criação de novos Municípios.

E como eu já disse, já constam, na Casa, um número aproximado de 40 projetos.

Votados, todos eles, teremos nas próximas eleições, mais 40 ou 50 prefeitos e o respectivo número de Vereadores.

Agora, a mim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não está clara a legislação que regulamenta, que orienta a criação de novos municípios. Por que? Porque nós tínhamos, até a promulgação da Constituição Federal, em 1988 portanto, fundamentalmente a Lei Complementar n° 01 de 11.67. E após esta lei, duas ou três leis estaduais, inclusive a de n° 27, a Lei Orgânica dos Municípios, que terá vigência até abril, apenas, e que dispunha sobre a criação. Pois bem, a Constituição Federal de 1988, disse que é competência dos Estados, a criação e desmembramento de municípios. Por sua vez, a Constituição Estadual faz referência a esta competência, dizendo

que vai elaborar Lei Complementar acerca do assunto. E acontece que esta Casa não votou Lei Complementar a que se refere a Constituição. Entendimento modesto deste Deputado.

Portanto, entendimento nosso, mas nós sabemos de melhor entendimento, da C.C.J. e da Casa, criando um vácuo na legislação competente. Não vejo como estarmos votando e continuarmos a votar a criação de leis de municípios, votação de projetos criando futuros municípios, se realmente pairar sobre nós esta dúvida. E a fim de que se esclareça a todos nós é que eu estou requerendo à Mesa, para apreciação do Plenário, o encaminhamento deste expediente à C.C.J. Não seria necessário argumentar, as opiniões divergentes que existem sobre o assunto, no Estado. Mas, posso até fazer uma referência rápida ao artigo publicado no "Jornal do Estado", escrito pelo Doutor Estefano Ulandowski, quando ele diz dos motivos plausíveis, aconselháveis e oportunos, da criação do Município de Pontal do Sul. E faz, neste artigo, o Presidente da Associação Comunitária dos Balneários do Paraná, o seguinte... Se Vossa Excelência permitir, Senhor Presidente, farei uso de alguns minutos do Horário reservado ao PRN, autorizado que fui, pelo ilustre Deputado, Líder da Bancada.

(Lê) -

"Não são pertinentes alegações relacionadas com outras realidades, como alguns municípios recentemente criados, como Nova Tebas, sem médicos; Diamante, que não tem delegacia de polícia e nem viatura; Campo Bonito, sem um metro de asfalto. Outro exemplo, como o de Jundiá do Sul, que vive de pires na mão, foi criada há mais de 30 anos e viu sua população diminuída de 16 para 5 mil habitantes, depois que o café deu lugar às fazendas de gado.

Ao se pedir a criação de um novo Município, lembra-se que no Paraná existe número determinado, considerável de municípios, que não seria aconselhável que eles deixassem a condição de distritos".

Ontem nesta tribuna o Deputado Baggio reputou críticas do prefeito de Santa Izabel do Ivaí à cerca do mesmo assunto quando o Deputado Baggio propôs a criação do município do atual distrito de São José.

Em virtude disso, das divergentes opiniões das discussões que se criam no Paraná em virtude do número de municípios propostos nesta Casa, Senhor Presidente, é que estou passando às mãos de Vossa Excelência para submeter à apreciação do plenário o nosso requerimento.

Muito obrigado.

(Utilizou o horário do Pequeno Expediente e da Liderança do PRN).

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para confirmar ao plenário desta Casa. Há rumores de que se encontra nesta tarde aqui na Assembléia Legislativa o Presidente José Sarney. Eu gostaria de saber de Vossa Excelência se é real isso?

Então, é um equívoco de alguém que disse que estava aqui o Presidente Sarney. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio no Pequeno expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, em nome da minha Bancada do PDT, nós queremos cumprimentar o novo Presidente da República pela indicação do Deputado Federal Alcení Guerra para a pasta do Ministério da Saúde. Entendemos nós que com isso o Paraná está valorizado e conseguiu um espaço importante no Governo que se inicia no próximo dia 15. E neste momento há que se esquecer o problema da cor partidária e lembrar apenas no sentido de que o Paraná se engrandece com isso e, tenho certeza que a classe política mais do que nunca, porque afinal de contas, é um sujeito que passou por esta Casa, está no Congresso Nacional e agora assume importante pasta no Governo que toma posse no próximo dia 15.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu venho à tribuna para mais uma vez enfocar um assunto que tem sido bastante discutido a todo início de cada ano.

É o problema da mensalidade escolar.

Nós já tivemos nesta Casa, várias reuniões, vários debates trazendo para estas reuniões, para estes debates autoridades ligadas à área da educação.

E lamentavelmente até hoje, não encontramos um caminho, não encontramos uma possibilidade de sair em defesa do povo do Paraná no sentido de se evitar este abuso com relação aos preços das mensalidades escolares.

E o futuro Ministro da Educação, Carlos Chiarelli, que numa entrevista dada em Porto Alegre disse que o abuso cometido pelas escolas particulares do país no aumento mensalidades será combatido pela Polícia Federal.

O Ministro reconheceu que algumas escolas estão cobrando abusivamente as mensalidades e esse quadro precisa ser revertido evidentemente.

Com a posse do Presidente eleito Fernando Collor de Mello, em quem não votei, não pedi voto, mas espero realmente que encontre um caminho, uma solução para este e para tantos outros problemas da Nação, nós esperamos que o Ministro da Educação

venha ter, evidentemente, todas as possibilidades para combater os abusos que são cometidos.

E ainda no dia de hoje eu recebi vários exemplos dos abusos com relação à mensalidade escolar. Em vários colégios da cidade a mensalidade que no mês de fevereiro estava 1.104 cruzados passou em março, para 2.447 cruzados - 158%; a mensalidade paga em janeiro 400 cruzados, em fevereiro 890 e agora em março, 3 mil cruzados, Senhor Presidente.

É inadmissível, é impossível um cidadão, pai de família, manter num colégio particular, pior ainda numa Faculdade, numa Universidade o seu filho.

Nós temos como exemplo, um acadêmico de jornalismo que pagou a sua mensalidade referente ao mês de fevereiro, a importância de NCz\$ 2.808,00, no mês seguinte teve a sua mensalidade alterada, elevada para NCz\$ 6.280,00, é ridículo este aumento, logo numa Universidade, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde se cometem verdadeiros abusos em relação às mensalidades.

Nós esperamos que a Comissão de Defesa ao Consumidor, desta Assembléia, tome alguma providência, tome alguma iniciativa, como fizemos nos anos anteriores, quando pertencíamos a esta Comissão, no sentido de que se debata este assunto, se traga para esta Assembléia as autoridades ligadas à área da Educação, o Conselho Estadual de Educação, que se nega a fazer as verificações, a SUNAB, que eu me lembro, o ano passado, o seu ex-Superintendente, Doutor Adilson, colocou o seu cargo à disposição, caso não lhe fosse permitido a condição de fazer a fiscalização. Pois bem, não lhe permitiram a condição de fiscalizar, ele entregou o boné e foi embora! Quer dizer, nesta área, me parece que o lobby é tão forte, através das escolas particulares, que nenhum órgão governamental, nem a nível federal nem estadual tem a coragem de enfrentar um dono de estabelecimento particular no sentido de combater esta roubalheira, na verdade, que é o preço das mensalidades.

Neste País, a continuar neste patamar, evidentemente, claro que é proibido filho de pobre estudar!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Declino, Senhor Presidente.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para comunicar à Casa e aos visitantes o telegrama que esta Liderança e os Deputados do PSDB

encaminharam ao Presidente Franco Montoro e ao Líder da Bancada do PSDB, na Câmara Federal, Euclides Scalco.

"Não aceitamos a permanência no Partido do Senador José Inácio Ferreira, que acaba de assumir a Liderança do Governo Collor, no Senado.

Longe de emitir censura ao comportamento pessoal do Senador, que respeitamos, porém este tem o dever de respeitar as decisões do Partido do PSDB, que em dezembro decidiu que o Partido em relação a este Governo é de Oposição.

Com este documento formalizo o protesto da Liderança do PSDB na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, dos filiados deste Partido, o sentido de que se o Senador não formalizar a sua saída da agremiação partidária se abra processo de expulsão posto que sua atitude contraria a orientação do PSDB.

Cordialmente, Nereu Carlos Massignan, com o apoio da Bancada do PSDB nesta Assembléia Legislativa".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra à Liderança do PL.

Declina.

Havendo declinado, concedo a palavra à Liderança do PT.

Declina.

Concedo a palavra à Liderança do PDS.

Declina.

Concedo a palavra à Liderança do PFL.

Com a palavra o Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - (Horário do PFL). Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O PFL do Paraná hoje se encontra em festa!

Eu acho que não é só o PFL que se encontra em festa, é o Paraná, porque o Paraná vê reconhecido, através do novo Presidente, que toma posse no próximo dia 15, Fernando Collor de Mello, a decisão importante do povo do Paraná na tentativa de mudar este País, quando, naturalmente com o apoio incontestado do PRN do Paraná, mas também o apoio incontestado suprapartidário do PFL do Paraná, nas eleições presidenciais, deste ano!

O Presidente Collor de Mello, deixou a todos nós numa expectativa muito grande, já no final da escolha de seus Ministros, nós não vimos contemplado um Ministério para o Estado do Paraná, que deu uma das maiores votações para que ele fosse eleito Presidente da República.

E nós sabíamos que o PRN, pelo que sabíamos, se assim podemos dizer, não tinha feito permuta nenhuma de apoio a Collor de

Mello, em troca de concessão de favores, ou de Ministérios, ou de cargos. E o PFL através da Bancada Estadual, liderado pelo Deputado Alceni Guerra e o Suplente de Deputado Federal, Gilberto Carvalho, quando manifestamos o nosso apoio a Collor de Mello, fomos unânimes em dizer que nós levávamos o nosso apoio na esperança de ver um Brasil melhor e de que ele vencesse as eleições e pudesse, teria o nosso apoio para poder cumprir a sua proposta de Governo.

Não fomos lá pedir Ministério e pedir cargo nenhum para o PFL, mas nos sentimos felizes em realizar, por ver contemplado o Estado do Paraná, mais uma vez com o Ministério da Saúde, um Ministério importante e, por ser, principalmente para nós do PFL, a pessoa de nossa estreita confiança, de nossa estreita amizade, na pessoa do seu Presidente, o Deputado Federal Alceni Guerra, Presidente do PFL do Paraná, acreditamos nós que essa escolha teve, sem dúvida nenhuma, a participação unânime do PRN e teve a participação unânime da vontade de todos os PFListas do Paraná; e acredito que quem saiu fortalecido com isso foi o Estado do Paraná. E esta Casa também faz com que a escolha através dos Parlamentares de todos os Partidos, a escolha de Alceni Guerra seja fortalecida ao tramitar tomada de assinaturas, num requerimento que nós enviamos à Mesa da Assembléia, encontramos apoio na grande maioria dos Parlamentares, quase que a sua totalidade, apenas com algumas ausências aqui presentes na Assembléia.

Isto significa, que Alceni Guerra, além de ter demonstrado para nós, da convivência do dia a dia, de que é um homem de posições firmes, posições sérias, de seu nome ter, através dos dois mandatos que ocupou, ter sido intocável nas suas posições no Congresso Nacional e, também tendo ocupado a Superintendência do INAMPS do Paraná, demonstrou como jovem o seu dinamismo, a sua capacidade e a sua preocupação com a saúde do Paraná.

Deputado Lauro, com a palavra.

Concedo o aparte.

O Sr. Lauro Lobo Alcantara - Eu agradeço a oportunidade que o Deputado Costenaro me oferece neste aparte e quero endoçar as suas palavras, que eu conheço o Deputado Alceni Guerra, desde os bancos escolares, quando tivemos a oportunidade de cursar, fazemos o curso de medicina juntos, e depois através de um convite seu, fui trabalhar em Pato Branco, e na época Alceni Guerra já militava na área de saúde, quando exercia a chefia de medicina social do INAMPS, em Pato Branco.

Nós, durante a nossa militância Política, sempre fomos adversários, mas é um

adversário extremamente leal e diga-se de passagem, muito competente. Galgou da chefia da medicina social de Pato Branco, à Superintendência do INAMPS, Regional do Paraná, onde com muito brilhantismo, com muita dedicação, deixou marcado a sua passagem; depois por dois mandatos como Deputado Federal, sempre defendendo posições coerentes, posições sérias e inatacáveis. Por isto, nós endossamos as suas palavras, Deputado Costenaro, que realmente o Paraná está sendo muito bem representado na pessoa do Deputado Alceni Guerra frente ao Ministério da Saúde.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETTO - Mais um minuto, Senhor Presidente.

Nós agradecemos, Deputado Lauro Lobo Alcantara; nós o conhecemos muito bem, e no dia-a-dia nós sabemos da sua preocupação com a saúde e sabemos que Vossa Excelência, como nós, conhece a preocupação do Deputado Alceni Guerra, e agora Ministro da Saúde.

Nós esperamos que o beneficiado seja o povo do Paraná, digo, o povo brasileiro, com pessoas ocupando cargos que realmente defendem às posições, em defesa do povo brasileiro, principalmente da profilaxia, da defesa da saúde, da sanidade do povo brasileiro.

Tenho a certeza que o Ministro Alceni Guerra, fará com o apoio do Presidente Collor de Mello, e com o apoio supra-partidário, porque a escolha dos Ministros acho que tem ficado acima das posições partidárias. Não se vê na escolha de nenhum Ministro, a paga recebida durante as campanhas; o que se vê e fica fortalecido cada um dos Ministros escolhidos, e ficou assim também fortalecido Alceni Guerra; a escolha do Presidente é pela capacidade, pela coragem de lutar para se fazer um Brasil melhor.

Me perdoa Deputado, mas acho que meu tempo já esgotou.

Mas eu lhe concedo um aparte, Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso - É só para registrar a nossa solidariedade a Vossa Excelência pela manifestação desta tarde.

O Paraná está de parabéns pela escolha de Alceni Guerra.

E o Governo Collor de Mello certamente será muito enriquecido com a sua presença ali.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETTO - Obrigado pela sua manifestação carinhosa, Deputado Ezequias Losso.

É o que nós esperamos: nós esperamos apenas o bem do nosso povo e do nosso Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PFM com a palavra. PDT, PSDB e PMDB.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, emenda substitutiva geral ao Projeto de Lei n° 050/90, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiada, constante do expediente. A Diretoria Legislativa, para anexar ao projeto.

Emenda substitutiva geral ao Projeto de Lei n° 150/89, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiada, constante do expediente. A Diretoria Legislativa para anexar ao projeto.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. A Comissão Executiva para estudos.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando Preferência de Discussão e votação para o Projeto de Lei n° 403/89, constante na Ordem do Dia da presente Sessão. Prejudicado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando Preferência de votação para o Projeto de Lei n° 83/90, constante na Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

Requerimento do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 403/89. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Nós temos hoje na Ordem do Dia, o Projeto de Resolução n° 69/89, que autoriza o

plebiscito objetivando a transferência de área territorial do Município de Imbituva para o Município de Irati, com as divisas que especifica.

Projeto de minha autoria que está na Ordem do Dia em 2.^a Discussão.

Senhores Deputados, por quê eu apresentei este Projeto?

Apresentei este projeto porque recebi em meu gabinete parlamentar a visita de lideranças das localidades de Pinho de Cima e Pinho de Baixo e essas lideranças nos pediam que fizéssemos alguma coisa por eles, porque estavam completamente abandonados pelo Prefeito de Imbituva, que nada fazia por eles, que eles não tinham estradas, que eles não tinham atendimento médico, não tinham consideração nenhuma do Prefeito Municipal de Imbituva.

(manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa solicita às galerias que se mantenham em silêncio de acordo com o Regimento Interno.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - E nós então perguntávamos, mas qual é percentagem dessas localidades que deseja esta transferência, 10%, 20%, não Deputado, 90%. 90% então vocês me tragam abaixo assinado de 90% dos munícipes. Me tragam uma declaração da Câmara Municipal de Imbituva que concorda ou que nada tem a opor com esta transferência, porque eu tenho dificuldades legais para dar andamento neste projeto. Eu não posso apresentar a este Parlamento um projeto inconstitucional, um projeto furado e recebi então das Lideranças daquelas comunidades um abaixo assinado com o seguinte teor:

"Nós abaixo assinados, moradores de Pinho de Cima e Pinho de Baixo, solicitamos a gentileza de entrar com um projeto de lei e divulgar o que se segue:

Não queremos que paire nenhuma dúvida a respeito do nosso desejo com referência ao plebiscito e que existem alguns políticos com uma ótica muito restrita, tentando impedir este movimento e procurando frustrar a nossa expectativa.

Estamos uma vez mais certificando a nossa decisão. A anexação dos nossos territórios a Irati, não há como impedir. Seria melhor, ao invés de nos bloquear, cuidar do que ainda resta, pois correrão o risco de perder outros territórios.

Várias são as razões que levaram-nos a solicitar o plebiscito.

Primeiro a pequena distância que nos separa de Irati, aproximadamente 10 Km. A assistência hospitalar e bancária. O fácil acesso da classe estudantil de 1°, 2° e 3° graus. O uso dos meios de comunicação. O comércio de compra e venda de produção.

Outrossim queremos esclarecer que não há nenhum interesse político. O único objetivo da realização do plebiscito é facilitar a vida dos moradores dessas localidades".

Nós temos aqui, Srs. Deputados, eu solicito que V.Exas. prestem atenção, para que não votemos uma matéria tão importante, porque um companheiro de bancada nos pede, vote comigo, vote contra mim, temos que olhar este povo que aí está, que compareceu hoje aqui, que compareceu a esta Assembléia, não para exigir nada deste Parlamento, mas para solicitar melhoria de vida Srs. Deputados, melhores condições para sobreviverem, assistência médica, estradas para escoarem os seus produtos. É por isso que nós apresentamos este projeto e temos em mãos, Srs. Parlamentares, uma carta, um Ofício, que nos foi dirigido pelo Presidente da Câmara Municipal de Imbituva. Está aqui a assinatura do Presidente da Câmara que se depois mandou confeccionar outros ofícios é porque ele não tem hombridade suficiente para sustentar o que fala e assina. Aqui está a assinatura do Presidente da Câmara de Imbituva e que diz o seguinte: "Em atendimento ao Ofício n° 122/89, vimos a vossa presença a fim de comunicar que em reunião realizada no dia 18 de 08 de 89, foi aprovado por unanimidade acompanhando Parecer da Comissão de Justiça e Redação, que este Legislativo não irá se manifestar se favorável ou não sobre as intenções dos moradores das localidades de Pinho de Cima e Pinho de Baixo em se desmembrarem do nosso Município para anexação ao Município de Irati." Este documento, inclusive, consta dos autos. Agora, se posteriormente a Câmara Municipal emitiu outro documento, assinado pelos Srs. Vereadores dizendo aí que não concordam com o desmembramento, ninguém pode chamar o meu projeto de inconstitucional, porque aí a Câmara soltou dois ofícios. Primeiro o meu. Se outro ofício for lido aqui eu peço que solicitem a data do outro ofício, porque o meu ofício é de 25 de agosto de 89. Não existia nenhum outro ofício com manifestação da Câmara contrário nesta oportunidade. Não é inconstitucional. Não pode ser inconstitucional. Não aceitamos que digam que é inconstitucional. O que pode estar acontecendo é que houve um descaso total e completo para com as comunidades de Pinho de Cima e Pinho de Baixo pela Prefeitura Municipal de Imbituva. Quando os Srs. moradores daquelas localidades manifestaram interesse de desmembramento, aí todo mundo correu lá; vamos fazer estrada, vamos dar remédio. Mas quem não fez antes não vai fazer amanhã. Está fazendo no momento para se ver livre de um massacre político que com certeza irá acontecer naquela localidade.

Artigo 19 da Constituição do Estado do Paraná, aprovada há poucos meses e confeccionada por esta Casa de Leis. Constituição por nós confeccionada e aprovada. Diz no artigo 19 - Parágrafo 2º - O procedimento de criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios terá início mediante representação, dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por no mínimo cem eleitores, residentes e domiciliados nas áreas diretamente interessadas".

Artigo 19 § 2º da nossa Constituição! Parágrafo 3º: "O projeto de criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios apresentará a área da unidade proposta em divisas claras, precisas e contínuas". Tudo isso consta no nosso Projeto! Por que chamá-lo de inconstitucional? Por que não darmos aos moradores de Pinho de Cima e Pinho de Baixo o direito de escolher? Existe a manifestação da Câmara? Existe. A nossa Lei Complementar 27 fala em manifestação da Câmara, fala, parece-me que no artigo 11 ou 9 da nossa Lei Complementar n° 27 - Lei Orgânica dos Municípios. Mas a manifestação da Câmara existe, aqui está, está no bojo dos autos.

Senhores Parlamentares, esta Assembléia que sempre foi democrática, que sempre procurou ouvir os apelos populares, não pode deixar agora, de ouvir os justos apelos das comunidades de Pinho de Cima e Pinho de Baixo. Aí estão lavradores, agricultores, pessoas sofridas, pessoas que lutam e labutam de sol a sol e que querem melhoria não para si mas para seus filhos, para seus descendentes e não é direito que esta Assembléia negue, a esses ilustres paranaenses, o direito de escolher.

Devo manifestar aqui, de público, o meu reconhecimento pelo trabalho digno que a Deputada Vera Agibert vem fazendo nesta Casa. Todas as manifestações que aqui fiz, evidentemente que nenhuma foi dirigida a esta prezada e querida colega que com certeza usará essa tribuna. Porque também defende uma parcela daquele município. Exporá a esta Casa os seus argumentos. Dirá a esta Casa do seu convencimento. Mas para mim, ilustres Deputados, não existe convencimento maior, não existe lei maior do que a vontade do povo e a vontade das comunidades de Pinho de Cima e Pinho de Baixo é pela anexação ao Município de Irati.

Vamos minha gente atender o apelo da maioria da comunidade e vamos votar a favor do nosso Projeto, para fazer justiça a este povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Para encaminhar concedo a palavra a Deputada Vera Agibert.

A SRA. VERA AGIBERT - Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

Há necessidade de que se coloque claramente o que se passa realmente, aqui, hoje. Nós não somos contrários à realização de plebiscito: é bom que se diga e se coloque dessa maneira. Nós somos sim, favoráveis para que os projetos tramitem da maneira em que a Lei diz, e ela é clara quando diz que as Câmaras Municipais de ambos os municípios deverão ser ouvidas. Para que teríamos, nós que elegemos vereadores, se hoje esta Assembléia se coloca como vereador e como Deputado ao mesmo tempo! Quando a Câmara de Imbituva não foi ouvida e quando vem aqui, alguém dizendo ser contrário, não foi anexado no Projeto. Será assim, meus amigos, vocês imbituvenses serão iratienses quando as Câmaras disserem os seus pareceres, porque também são legítimos representantes do povo os Vereadores municipais.

Não podemos passar em cima da vontade das Câmaras! Existe um poder constituído a nível de município que se chama - Câmara Municipal.

Admira-me muito que venha aqui, Deputado Artagão, a quem prezo muito, ofender o Prefeito de Imbituva... E não me importam as vaias. Todos vocês do Paraná sabem as dificuldades que vivemos hoje. Dificuldades que tem o povo de Cambará quando vem no meu gabinete e diz que não é atendido pelo Prefeito de Irati. E eu jamais vim à esta tribuna atacar qualquer autoridade constituída de Irati.

Defendo você, Eison, e defendo o Presidente da Câmara, porque vocês são e estão interessados pelo bem daquele município!

Este Projeto, desculpem o Deputado Artagão, é inconstitucional agora. Poderá ser feito sim, de outra maneira, no futuro. Mas hoje ele é inconstitucional!

V. Exa. falou no Artigo 19 da Constituição Estadual que diz, claramente, que deverá ser regido por Lei Complementar e esta Lei não foi feita ainda! Ela não existe! Temos que fazer a Lei Complementar! Baseado em que estaríamos votando hoje? Baseado na Lei Orgânica dos Municípios que diz o seguinte no seu Artigo 11, "a transferência de área que trata do Artigo 9º, dependerá da aprovação das Câmaras Municipais que sofrerem a diminuição de seus territórios, através de resolução aprovada no mínimo pela maioria de seus membros". Esta Lei está em vigor, meus amigos e isto aqui não diz neste projeto.

Há necessidade que se façam corretamente as coisas!

E mais, lembrar ainda que no final do ano passado, quando votamos aqui um caso idêntico, o caso do Ibema, V. Exa. Deputado Artagão se colocava do lado de cá porque não poderíamos abrir precedente. Seria pe-

rigoso demais. Deputados e Vereadores invadindo áreas de municípios e territórios. Tentamos um acordo e queremos inclusive que se for para sair este projeto, que seja ele constitucional.

Meus amigos e Srs. Deputados, a vontade do povo prevalece. Mas a vontade do povo também prevaleceu nas urnas, quando foram eleitos Vereadores Municipais em Imbituva e eles também merecem respeito! Em nome desta Câmara e do povo de Imbituva, peço que votemos a favor da retirada da Ordem do Dia até que este projeto se torne constitucional.

Era isto, Sr. Presidente. Era isto Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento da Sra. Deputada Vera Agibert conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai se proceder a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento da Deputada Vera Agibert queiram levantar-se...

O SR. ALGACI TÚLIO - O requerimento é para retirada?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) É. Quatro Deputados aprovam. 25 rejeitam. Aprovado o requerimento.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Pela ordem. É evidente que temos que acatar a decisão da maioria. Não resta dúvida, esta Casa votou, temos que acatar, embora tenha votado, nesta oportunidade, manifestamente contrário aos interesses populares. Mas gostaria de comunicar aos companheiros de Pinho de Cima e Pinho de Baixo que o Projeto não foi rejeitado. O projeto foi retirado da Ordem do Dia e nós estaremos, daqui para a frente, daqui agora até ao final, junto com a comunidade e haveremos juntos de aprovar este projeto, ou outro, tantos quantos sejam necessários para transferirmos estas localidades para o Município de Irati!

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, com apoio dos Srs. Deputados Nereu Carlos Massignan, Ferrari Júnior, Ezequias Losso e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Resolução nº 99/89. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 83/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que cria o Município de RIO BONITO, desmembrado do Município de Lajeiras do Sul, "ad referendum" do plebiscito a realizar-se, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 69/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial do Município de IMBITUVA para o Município de Irati, com as divisas que especifica. (Anexo Projeto de Lei nº 307/89).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Resolução nº 69/89, ficando a discussão e votação deste, sobrestada às demais matérias constantes da pauta da sessão desta data. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 403/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de PONTAL DO PARANÁ, com território desmembrado do Município de Paranaguá e divisas do atual Distrito Administrativo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. Sobre o referido projeto, Emendas Aditivas de Plenário de autoria dos Srs. Deputados Renato Adur e Algaci Túlio, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 403/89

Acrescente-se o seguinte artigo:

"Art. - As Ilhas do Mel, da Galheta e das Palmas pertencerão ao território do Município de Pontal do Paraná."

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: TADEU LÚCIO MACHADO

HERMAS BRANDÃO, ALGACI TÚLIO,

ERONDY SILVÉRIO, LAURO LOBO ALCANTARA,

ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por escopo solucionar os mesmos problemas que deram origem ao projeto de criação do Município, pois, também, deixadas à margem das atenções, as ilhas, que se pretende incluir ao território do Município de Pontal do Paraná, são atingidas pela deficiência de ordem política.

Assim, até mesmo por fatores geográficos

cos, justifica-se a inclusão das ilhas ao território do futuro município.

Portanto, seguindo as mesmas motivações que levaram a proposta de criação do município, é que se apresenta esta emenda.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO
DO PROJETO DE LEI N° 403/89

Inclua-se, onde couber:

"Pertence ao território do Município de Pontal do Paraná, a ilha dos Currais".

Sala das Sessões, em 13.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoio: RENATO ADUR

ORLANDO PESSUTI,

ANTÔNIO COSTENARO NETO e

PAULO FURIATTI.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 99/89 (Mensagem n° 122/89, ex-Proposição n° 90/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade, ficam ratificados os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios que especifica, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa Paraná Rural. - **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 272/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera o inciso I do Art. 9° da Lei n° 8933/89, e acrescenta o inciso III e § 1° ao artigo 10 (ICMS). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 272/89, para que o mesmo seja enviado às Comissões competentes. - **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 13/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO MAXINVEST. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 32/90, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que cria, "ad referendum" do resultado de plebiscito, o Município de

DR. ANTÔNIO PARANHOS, com território desmembrado do Município de São Jorge d'Oeste e divisas do atual Distrito Administrativo. - (Publ. no D.A. n° 02, de 19.02.90).

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 32/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Lauro Lobo Alcantara, visa criar "ad referendum" do resultado do plebiscito a ser realizado, o Município de Dr. Antônio Paranhos, com território desmembrado do Município de São Jorge d'Oeste, e divisas do atual Distrito Administrativo.

Chamada esta Comissão Geral para opinar, entende a mesma que a matéria obedece aos ditames constitucionais e as demais normas legais vigentes.

Assim sendo, pelas condições acima expostas, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13.02.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Relator, Deputado Caíto Quintana.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Projeto n° 92/90?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto 32/90. Primeiro o Relator vai dar o seu Parecer.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - O Relator é o Deputado José Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Caíto Quintana é o nobre Relator. Item 6. Aprovado o Parecer do Deputado Caíto Quintana.

Em votação o Projeto.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. - **Aprovado.**

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu quero registrar o meu voto favorável à emancipação de Dr. Antônio Paranhos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será devidamente registrado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 92/90, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, com território desmembrado do Município de Dois Vizinhos,

com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. (Publ. no D.A. n° 05, de 05.03.90).

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado José Rogério, Relator.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - (Lê):

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 92/90

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Nereu Carlos Massignan, o presente projeto de lei visa criar "ad referendum" do resultado do plebiscito a ser realizado, o Município de Boa Esperança do Iguaçu, com território desmembrado do Município de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

Esta Comissão Geral, chamada para opinar, entende que a matéria obedece os preceitos constitucionais e as demais normas legais vigentes.

Assim sendo, pelas condições acima expostas, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação ...

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu gostaria de um esclarecimento, nobre Presidente.

O projeto de autoria do nobre Líder do PSDB, Deputado Nereu Massignan, o qual concordo, só que não consigo entender sua tramitação.

O projeto está datado de 20 de março de 1990. Como é que está na Ordem do Dia este projeto?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa esclarece. Realmente houve um equívoco, Deputado. Já foi corrigido.

O SR. PEDRO TONELLI - Qual é a data desse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Isso só o "Mágico de Oz" é quem sabe.

O SR. PEDRO TONELLI - Não, eu quero saber qual é a data.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 19 de fevereiro.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado. Então, que se determine a correção.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa agradece a colaboração de Vossa Excelência.

Deputado Nereu Massignan...

O projeto está na fase de votação. O Parecer já foi aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados. As preocupações do Deputado Pedro Tonelli foram devidamente retificadas, e o Projeto é do dia 20 de fevereiro de 1990. Espero que isto não faça com que o Deputado Pedro Tonelli vote contra a criação do Município de Cruzeiro do Iguaçu e de Boa Esperança do Iguaçu, desmembrado do Município de Dois Vizinhos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhando a votação, gostaria de fazer algumas reflexões a respeito da criação de novos municípios. Sei que a principal objeção que se faz à criação dos municípios, é que essas novas comunidades geram despesas.

Este é o argumento histórico, é o argumento tradicional dos anti-municipalistas, estas pessoas ainda estão com o discurso anterior à Constituição Federal, promulgada no dia 5 de outubro de 1988, porque, a partir desse momento em que se promulgou a Constituição, temos uma nova ordem tributária que beneficia os municípios na redistribuição dos impostos. E isso faz com que as pequenas comunidades, os distritos, possam ter a sua autonomia administrativa e financeira.

Já na Constituinte Estadual também se levantaram as mesmas objeções. Havia inclusive, proposta de que os municípios só poderiam ser criados depois de comprovada a autonomia econômica e financeira da futura comunidade.

Depois de muita luta, conseguimos convencer os Constituintes de que a autonomia econômica e financeira - nos termos absolutos como estava proposto - inviabilizariam a criação de qualquer município no Estado do Paraná.

Por que criar o Município? A França, que tem um território aproximadamente uma vez e meia ao território do Paraná, possui trinta e cinco mil municípios. A divisão administrativa da França em departamentos e municípios, com esse número elevado, já vai há duzentos anos, na época da revolu-

ção francesa. A Itália, possui a mesma divisão administrativa com inúmeras comunidades, todas município.

Na Região Norte da Itália, onde ficará hospedada a Seleção Brasileira na cidade de Asti, a Província em que está a cidade de Asti, possui duzentos municípios. E esta província não possui 1/3 do território do que possui o Sudoeste do Paraná, que tem apenas trinta municípios. A Espanha, do mesmo tamanho, tem comunidades com duzentos habitantes, com prefeitos, vereadores, serviços municipais exclusivos.

Então o discurso da descentralização se faz, na divisão administrativa no primeiro plano. No segundo plano, mostrando a esses pequenos distritos que eles podem se viabilizar como Município, o Município de Sede Sulina, cujo Prefeito está no primeiro ano de mandato, já em um ano, composto de parque de máquinas do seu município, tratores, patrôas, pás carregadeiras, caminhões, implantou a Prefeitura, já existe seu sistema de saúde, seu sistema de educação, apenas num ano de prefeitura.

E este ano ele iniciou o mês de janeiro, com uma dívida de 200 mil cruzados, que seria paga em fevereiro. O último repasse de fundo de participação dos municípios e de imposto de circulação de mercadorias e serviço, aos pequenos municípios do Paraná, foi na ordem de um milhão e quinhentos mil cruzados. Nenhum distrito recebe do município-mãe, um milhão e quinhentos mil cruzados de serviços e investimentos no Paraná. Nenhum. Então, se nós criarmos todos os atuais distritos e transformarmos em municípios, nós estaremos dando a sua independência administrativa e financeira, porque um milhão e quinhentos mil cruzados é o primeiro passo para ele começar os seus serviços essenciais na sua pequena comunidade. Daí porque, aqui na Assembléia, fui atrás dos argumentos a favor da expansão da divisão administrativa do Brasil e dos Estados. O Rio Grande do Sul é pioneiro nisto, depois da promulgação da Constituição já criou 110 municípios. São 110 municípios vezes um milhão e 500 mil cruzados que recebem de repasses do Governo Federal e do Governo do Estado.

A criação dos municípios não prejudica a arrecadação do município-mãe. Isto está provado pelos dados que recebi do Rio Grande do Sul. Daí porque, hoje, eu me sinto feliz e satisfeito em ver aqui, aprovando três novos municípios no Sudoeste do Paraná: O Distrito de Dr. Antônio Paranhos, ao Município de São Jorge do Oeste; do distrito de Boa Esperança do Iguaçu, do Município de Dois Vizinhos; do Distrito de Cruzeiro do Iguaçu, também do Município de Dois Vizinhos. Isto vai fazer com que estas comunidades recebam da As-

sembléia Legislativa a compreensão para que atinjam a independência econômica, a sua autonomia administrativa e a sua autonomia política.

Vamos trabalhar juntos, e faço um apelo ao Sr. Presidente, para que aprovados os projetos e sancionados pelo Sr. Governador, possamos ainda este ano convocar o eleitorado para o plebiscito, rapidamente, com urgência. E, depois do plebiscito, que estas comunidades tenham oportunidade, no dia 03 de outubro, de escolher o seu prefeito e sua Câmara de Vereadores, em mandato de dois anos.

Era isto, e muito obrigado pelo apoio dos Srs. Deputados, pelo apoio da Mesa a estes projetos que hoje estão em Primeira Discussão, nesta Casa.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, durante o Pequeno Expediente, encaminhei à Mesa um requerimento solicitando providências junto à CCJ, para manifestação acerca da legislação sobre criação de municípios.

Na oportunidade em que se vota a criação de novos municípios, que constam da Ordem do Dia, e que são referências das palavras do ilustre Deputado Nereu Massignan, autor da criação de dois projetos, transformando dois distritos em municípios, queria com isso, e ainda aduzindo, Sr. Presidente, ouvindo da tribuna os discursos do Deputado Artagão Mattos Leão e da Deputada Vera Agibert, com pontos de vista divergentes acerca da legislação que disciplina a matéria, e considerando, repito, a existência de mais de 40 ou cerca de 40 projetos de lei desta natureza, criando 40 municípios no Estado, sem se conhecer a população de cada um deles, a sua força econômica, eu não posso votar, até que se manifeste a CCJ acerca do requerido por nós, nesta sessão, contra ou a favor da criação de qualquer distrito ou a transformação dele em município.

Portanto, eu formulo neste instante a Vossa Excelência, Sr. Presidente e que considere pedido verbal, para que providencie com a urgência possível, a manifestação da Comissão de Justiça desta Casa. Não há condições não sendo assim: sem o pronunciamento, repito, da C.C.J. desta Casa, não há como mais discutir-se, apreciar-se e votar-se projetos neste sentido, nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento de Vossa Excelência será apreciado logo após a votação na Ordem do Dia.

Em votação o Projeto de Lei n° 92/90.
- Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Regis-

tro o meu voto favorável à criação do Município de Boa Esperança do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sempre que Vossa Excelência vota favoravelmente, nós nos congratulamos com Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - É sempre bom mencionar, porque este Parlamento às vezes não tem memória.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É verdade.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 93/90, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de CRUZEIRO DO IGUAÇU, com território desmembrado do Município de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. (Publ. no D.A. n° 05, de 05.03.90).

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 93/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Nereu Carlos Massignan, visa criar "ad referendum" do resultado do plebiscito a ser realizado, o Município de Cruzeiro do Iguaçu, com território desmembrado do Município de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

Chamada para opinar, esta Comissão Geral entende que a matéria obedece os ditames constitucionais e as demais normas legais vigentes.

Assim sendo, pelas condições acima expostas, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Primeira Discussão do Projeto de Lei n° 93/90, cujo Relator é o Deputado José Rogério.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Já foi lido o Parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Neste caso, em votação o projeto. - Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu registro o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou registrar com letras de ouro.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n°

74/89 (Mensagem n° 84/89, ex-Proposição n° 68/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que autoriza o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, celebrar convênio com a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência da Tecnologia e da Cultura, visando a realização, pela Fundação, do "Projeto Processo Tecnológico Para Obtenção de Suco de Maçã Concentrado Utilizando Rejeitos da Produção de Maçãs do Paraná".

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 96/89 (Mensagem n° 100/89, ex-Proposição n° 77/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, ficam ratificados os Convênios e Termos Aditivos celebrados, respectivamente, nas datas de 04.10.89, 25.09.89, 07.08.89, 25.07.89, 13.09.89, 10.07.89 e 13.09.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e os municípios de Rolândia, São João do Ivaí, Grandes Rios, Mangueirinha, Nossa Senhora das Graças, Ortigueira, São Mateus do Sul e Sertãoópolis, objetivando a construção de prédios para Agências de Rendas nos referidos Municípios. - Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de n. 321, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 302, de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 303, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 304, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 328, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 307, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu gostaria de tomar conhecimento do teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) (Lê requerimento ...

A Mesa designa o Deputado Cândido Bastos para representar a Presidência nessa festividade.

Requerimento de n. 320, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 331, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 325, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente.

Esse requerimento não interrompe a votação das matérias. E a Mesa vai encaminhar à CCJ esse ofício para que ela se manifeste sobre a criação de novos municípios. E encarece às lideranças para que indiquem os membros da CCJ e das outras comissões. Até agora nenhuma bancada indicou a sua representação.

Requerimento de n. 329, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Eduardo Baggio e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 309, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 310, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Encaminhe-se por via administrativa, através do setor de expedição do Departamento Administrativo.**

Requerimento de n. 330, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 305, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 327, de autoria do

Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 301 de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 311, 312, 313, 314, 315, 316, 322, 323, 326, de autoria da Senhora Deputada Arialba Freire, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 293, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 13 e 83/90.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 32, 74, 92 e 93/90.

e dos Projetos de Resolução ns. 74, 96, 99/89.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 70 e 94/90.

e dos Projetos de Resolução ns. 06 e 07/90.

Levanta-se a sessão.